



24º CONGRESSO DO SINDSEF-SP

CADERNO DE RESOLUÇÕES APROVADAS





24º CONGRESSO DO SINDSEF-SP

29 e 30/11 e 01/12/2019



Colônia dos Vidreiros
Praia Grande / SP

 www.sindsef-sp.org.br

 @sindsefsp

 11 3106-6402

 imprensa@sindsef-sp.org.br

 Rua Boa Vista, 76 - 3º Andar - Centro, São Paulo/SP

Expediente:

CADERNO DE RESOLUÇÕES APROVADAS NO 24º CONGRESSO DO SINDSEF-SP - Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo
Rua Boa Vista, nº76 - 3º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01014-000 | Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsefsp](https://www.facebook.com/sindsefsp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) | Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 5.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: LTJ Editora Gráfica Ltda



Pela mais ampla unidade de ação contra o imperialismo norte-americano e europeu, o governo Trump e demais governos capitalistas

Considerando que:

A crise mundial do capitalismo, aberta em 2007, não se fechou. Para tentar retomar a taxa de lucro dos grandes grupos econômicos e financeiros, o imperialismo e as burguesias nacionais, através de diferentes governos, desataram uma guerra social contra a classe trabalhadora, rebaixando salários e direitos, aumentando a pobreza e a desigualdade, além de gerarem uma forte crise migratória e ambiental.

O mecanismo da Dívida Pública sufoca os países e vem junto com a destruição dos serviços públicos, privatizações, redução de direitos sociais, aumento da precarização e desemprego, ataques aos direitos sindicais e a sistemática repressão aos movimentos sociais e estudantis.

O capitalismo está matando a vida em nosso planeta. O uso de combustíveis fósseis, a degradação e a poluição submetem os povos a uma série de doenças e mudanças climáticas que colocam em risco a vida da humanidade.

Indicativos econômicos apontam uma nova recessão nos EUA e Trump aprofunda a linha racista, machista, LGBTfóbica e xenófoba para assim avançar a exploração da classe trabalhadora, seja do próprio país ou imigrante.

Por todo o planeta, a classe trabalhadora resiste e enfrenta esses ataques com greves e protestos. Na Europa, a deterioração das condições de vida e a perda de direitos históricos levam os trabalhadores às ruas. Na França, o movimento dos Coletes Amarelos ganhou muita força nas ruas e expôs a crise social no continente, aberta pela aplicação dos planos de austeridade.



As mobilizações em curso na Argélia e no Sudão, as marchas do retorno em Gaza, as greves na Tunísia e no Marrocos marcam uma nova onda de lutas no mundo árabe, contra ditaduras neoliberais e o Estado assassino de Israel, mesmo em meio às guerras contra as revoluções síria, iemenita e líbia.

Em Hong Kong, desde 2014, ganhou força a mobilização estudantil e popular contra medidas autoritárias do governo chinês, levando milhares às ruas.

Na América Latina, a política do imperialismo é aprofundar a dependência dos países, para assim garantir sua recuperação econômica, impondo um verdadeiro processo de recolonização, através da intensificação do endividamento e dos planos de ajustes. Mas há importantes exemplos de resistência. Em Porto Rico, El Salvador e Honduras esburacaram importantes processos de mobilização contra a miséria, o desemprego e a corrupção. No Haiti, país submetido por mais de 10 anos à uma invasão militar comandada por tropas brasileiras, enviadas pelos governos do PT, o governo impõe ainda mais ataques e repressão ao povo, que resiste bravamente e explode em greves e manifestações. Muitos dos

gerais brasileiros que comandaram a invasão, hoje estão no governo Bolsonaro.

Na Argentina, os trabalhadores e a juventude protagonizam importantes lutas contra o governo Macri, com greves e manifestações. Endividado junto ao FMI, Macri busca aplicar medidas neoliberais que rebaixam cada vez mais o nível de vida da população. Mas, houve importante resposta dos trabalhadores, com destaque para as manifestações contra a reforma da Previdência, a luta pelo direito ao aborto e contra o G20. Com repressão, Macri quer frear o movimento. Processos judiciais e perseguição a ativistas como Sebastian Romero e a prisão de Daniel Ruiz, libertado recentemente, são expressão desta política.

Na Venezuela, mergulhada num verdadeiro caos social, em razão da crise econômica gerada pela queda do preço do petróleo e pela política do chavismo, assistimos ao aprofundamento dos ataques aos direitos dos trabalhadores e uma queda vertiginosa das condições de vida, que provocou a maior crise migratória na América do Sul. O imperialismo tentou se aproveitar para impor, através de Guaidó, um governo fantoche, mas até agora não conseguiu esse objetivo. Existe a necessidade de que os trabalhadores venezuelanos e latino-americanos lutem para derrotar os ataques de Maduro, sem se confundir com a saída burguesa pró-imperialista de Guaidó.

No Equador a população tomou as ruas em protesto contra os preços de combustíveis, as altas taxas de desemprego, a miséria, as políticas entreguistas ao Fundo Monetário Internacional. O movimento, que iniciou com os protestos contrários ao pacote de medidas neoliberais do governo, desencadeou também paralisações nas principais cidades, bloqueios de estradas, greves no setor produtivo e nos meios de transporte. O governo de Lenin Moreno reprimiu duramente as manifestações, chegou a decretar estado de emergência





e a transferir a sede do governo de Quito para Guayaquil devido aos protestos. Em sete dias houve cinco mortos e 929 presos, além de vários feridos graves. Mas a população não abandonou a luta e a mobilização se ampliou em defesa das liberdades democráticas e pela liberdade das centenas de presos políticos. Acuado pelos protestos em todo o Equador, Lenin Moreno, anunciou que revisará o decreto de fim de subsídios aos combustíveis no país.

O processo no Equador traz com pano de fundo uma crise que acomete a todos os demais países no continente. A atual conjuntura política vivida pelos trabalhadores equatorianos se assemelha a outros países como Argentina, Chile, Peru e até mesmo o Brasil.

A questão migratória expõe uma das maiores crises humanitárias. A crise na Venezuela e o fluxo de imigrantes aos EUA são expressões do deterioramento das condições de vida da classe trabalhadora impostas pelo imperialismo. A questão da imigração ganhou mais destaque com a política anti-imigração de Trump, que intensifica as obras do muro na fronteira com México e o aumento da repressão policial, com prisões e deportações de famílias inteiras e a desumana separação de crianças de seus pais.

O fluxo de imigrantes na Europa já supera o ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial e também é expressão da espoliação e guerras na África

e Oriente Médio. Crise humanitária que se agrava a partir das políticas anti-imigração e xenofóbicas como do governo italiano de Matteo Salvini.

O Brasil também recebe imigrantes e refugiados do Haiti, Bolívia e de nações africanas, sem que haja políticas públicas e apoio a essa população. Como nos EUA e Europa, os latifundiários, a agroindústria e as empresas (em especial de confecção) se aproveitam da fragilidade legal para oprimir e submeter trabalhadores imigrantes a condições de trabalho escravo. O fato é que graças à precarização e aos baixíssimos salários, os imigrantes são a base da economia de vários países, penalizados por políticas que visam perseguir e oprimir, para rebaixar sua força de trabalho. Nossa central desenvolveu importante trabalho de apoio e organização dos imigrantes em São Paulo e Roraima, seja com apoio direito, distribuição de informativos e ações jurídicas e políticas visando garantir direitos e a proteção dos imigrantes. Foram fundamentais a fundação de duas associações de imigrantes (ANIV e USIH). O Sindsef-SP apoiou estas iniciativas.

Há uma polarização em todo mundo e o caráter histórico dessa crise exige uma saída estratégica pela defesa da independência política frente aos governos capitalistas (incluindo os de colaboração de classes) no mundo inteiro.

A classe trabalhadora e suas lu-



tas contra o capitalismo geram importantes ferramentas de organização. A CSP-Conlutas, nossa central sindical, é uma expressão de organização sindical e popular no Brasil, ainda minoritária, mas que cumpriu um importante papel na organização da luta contra os ataques do governo Frente Popular e hoje na resistência contra o governo de ultradireita de Bolsonaro. Pelo mundo também surgem organizações que lutam por um sindicalismo combativo, independente e classista. Nossa Central tem abertas relações com direções e organizações sindicais que expressam esse fenômeno e com as quais temos buscado explorar todas as possibilidades de ampliar a unidade de ação da classe trabalhadora em escala mundial, impulsionando a ação direta, a solidariedade de classe e a articulação internacional.

Para o Sindsef-SP o internacionalismo é fundamental. A constituição da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, em 2013, e os encontros realizados no Brasil, em 2015, e na Espanha, em 2017, foram importantes passos para consolidar a tarefa de reunir o sindicalismo alternativo e combativo em nível internacional.

Estamos construindo um movimento sindical comprometido com as pautas dos setores oprimidos, reconhecendo e impulsionando todas as manifestações desses setores como parte da luta geral da classe, vendo nesta unidade a única possibilidade de superação de toda forma de

opressão, a partir da destruição do capitalismo.

O 24º Congresso do Sindsef-SP resolve:

Seguir na mais ampla unidade de ação contra o imperialismo norte-americano e europeu, o governo Trump e demais governos capitalistas! Combater o protofascismo e os governos de extrema-direita no mundo; Combater a política capitalista de destruição do planeta e apropriação privada dos recursos naturais; Combater as políticas de ajuste e dominação do imperialismo e dos governos burgueses em todo o mundo;

Contra os planos de ajuste, a criminalização dos movimentos sociais e a destruição da natureza. Não ao pagamento da Dívida Pública (externa e interna) e estatização do sistema financeiro!

Contra o machismo e a pandemia de violência contra as mulheres! Contra o racismo e o genocídio da população negra! Contra a LGBTfobia e os assassinatos da população LGBT!

Todo apoio às mobilizações independentes do povo venezuelano contra os ataques de Maduro, Guaidó e o imperialismo! Repudiamos qualquer tentativa de golpe do imperialismo e da oposição burguesa. São os trabalhadores venezuelanos que devem derrotar Maduro. Ampla unidade de ação e apoio ao povo venezuelano contra a agressão imperialista, com defesa de sua soberania e auto-determinação;





Pela libertação imediata de todos os presos políticos no Equador. Repúdio ao decreto do estado de exceção e pela restauração dos direitos democráticos. Repúdio à repressão do exército e da polícia nacional. Solidariedade com os trabalhadores, estudantes, povos indígenas e setores populares na luta contra os ataques neoliberais do governo Lenin Moreno e os setores burgueses apoiados pelo imperialismo.

Somos contra o golpe desenvolvido na Bolívia pelos militares e apoiamos incondicionalmente a luta de resistência do povo boliviano contra essa agressão. Condenamos as ações de Evo Morales em passar por cima de uma decisão popular no plebiscito que negou conceder-lhe

o direito de novas reeleições, assim como condenamos a fraude nas últimas eleições. Contudo, quem deve decidir sobre esses arroubos de Evo Morales é o próprio povo boliviano e, neste sentido, repudiamos o Golpe Militar e exigimos eleições livres e sem nenhuma restrição.

Contra toda forma de exploração e opressão colonial, abaixo o Estado racista de Israel e apoio incondicional à resistência Palestina e à campanha do BDS.

Apoio ao povo curdo, usado como bucha de canhão na guerra contra o Estado Islâmico na Síria e agora isolados frente à ameaça de genocídio pelo governo turco;

Pela autodeterminação dos povos oprimidos. Abaixo a ocupação mili-

tar no Haiti!

Todo apoio às lutas dos trabalhadores e setores oprimidos em todo o mundo! Viva as revoluções na Argélia e no Sudão! Viva o levante popular em Hong Kong! Abaixo a ditadura chinesa! Solidariedade à mobilização dos Coletes Amarelos na França! Apoio às mobilizações populares no Equador, na Chile e Colômbia, os coletes amarelos na França, dentre outras mobilizações contra ditaduras, políticas neoliberais e profascistas;

Todo apoio à luta da classe trabalhadora paraguaia contra o aumento da energia e pela soberania integral sobre metade da energia gerada em Itaipu!

Continuar e intensificar o trabalho de solidariedade e organização

dos imigrantes. Apoiar as redes de solidariedade a imigrantes e refugiados, pelo direito de ir e vir, combatendo a xenofobia e outras formas de discriminação.

Em defesa dos direitos democráticos e apoio às campanhas de solidariedade a ativistas e militantes vítimas de perseguição e repressão do Estado e de patrões. Fim das perseguições a Sebastian Romero e Daniel Ruiz!

Apoiar ativamente a construção da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas na América Latina. Apoiar as lutas de trabalhadores e de setores oprimidos por emprego, salário, saúde, educação, moradia, terra e serviços públicos de qualidade em todo o mundo;

RESOLUÇÃO NACIONAL

Unidade na luta com independência de classe para derrotar o projeto de bolsonaro

Considerando que:

Há mais de uma década, o Brasil atravessa uma crise econômica sem precedentes. A classe trabalhadora sofre com o aumento da miséria, do desemprego e da desigualdade social. Os brasileiros que estão fora do mercado formal de trabalho já somam mais de 70 milhões. As condições de vida nas periferias são insuportáveis, os serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência são cada

vez mais inacessíveis e precarizados. Fruto desse caos social a violência torna-se cada vez mais generalizada. Os setores oprimidos são os mais afetados como demonstram as taxas crescentes de feminicídios, especialmente das mulheres negras, os assassinatos das LGBTQs e o genocídio da juventude negra nas periferias.

A política dos governos – seja da “chamada esquerda” ou da direita – é atacar direitos sociais e trabalhistas



para salvar os grandes empresários e banqueiros, travando uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores e o povo pobre.

Essa barbárie social que vivemos é fruto de um sistema capitalista decadente, onde as riquezas naturais do nosso país, a produção material, intelectual e os avanços tecnológicos não estão a serviço de melhorar a vida da maioria do povo, mas sim para enriquecer grandes empresários, banqueiros e latifundiários. O avanço do desmatamento da Amazônia e o crime da Vale em Brumadinho são exemplos de que no capitalismo o lucro está acima da vida e do meio ambiente.

Bolsonaro representa a face mais cruel e nefasta deste sistema em crise e de podridão. Seu objetivo é apro-

fundar os ataques, aumentar o grau de exploração dos trabalhadores e a dependência do país. Frente a uma real possibilidade de nova recessão econômica, a polarização política se intensifica e a conjuntura nos coloca novos desafios, pois será determinante a construção de uma alternativa de direção para classe trabalhadora.

Desde 2013, os efeitos dessa crise fizeram explodir gigantescas manifestações de rua e fortes greves nas categorias. A polarização social seguiu se aprofundando, cresceu a insatisfação e resistência dos trabalhadores, abriram-se espaços de disputa política à direita e à esquerda dos partidos tradicionais no movimento de massas. Em 2017, a maior greve geral da nossa história recente, em 28 de abril e o





Ocupa Brasília colocaram o governo Temer nas cordas. Paralisado, o governo não conseguiu aprovar a Reforma da Previdência.

Em 2018 as eleições foram marcadas pela divisão “dos de cima”, desgaste do regime e dos partidos tradicionais como PT, PMDB e PSDB. A falta de uma alternativa com independência de classe fez com que Bolsonaro canalizasse a crise do regime com fake news e um perfil anti-regime. Depois de 13 anos de governos de conciliação de classes, a resultante foi um governo de extrema direita que aplica ataques estruturais, com apoio da burguesia internacional e desse Congresso Nacional corrupto, como mostra a grande margem de votação a favor da Reforma da Previdência. Em que pese a chegada a presidência da chapa Bolsonaro-Mourão seja uma vitória eleitoral da burguesia, nossa classe seguiu lutando e comprova que não deu um cheque em branco para Bolsonaro.

Já no primeiro mês de governo, Bolsonaro declarou guerra aos povos originários e quilombolas. Deu carta branca aos latifundiários para invadirem territórios já demarcados, coagirem e assassinar ativistas da luta por território e pela reforma agrária. A política ambiental de Bolsonaro é a desregulamentação total das leis que protegem nossas riquezas naturais, liberando o desmatamento das nossas florestas, o garimpo e exploração na Amazônia pelos ruralistas, madeireiras e grandes mineradoras. No campo também representou um retrocesso, paralisando a Reforma Agrária e liberando mais de 290 agrotóxicos em favor do agronegócio.

Em poucos meses, os efeitos sob o meio ambiente são devastadores: houve um aumento de mais de 40% nos alertas de desmatamento e as queimadas aumentaram em 83% no mês de agosto, na comparação com 2018. Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles ainda tentam esconder essa avalanche de destruição ambiental, contestam os dados das pesquisas

técnicas e censuram os órgãos de fiscalização. Realizaram um verdadeiro desmonte do IBAMA, intervieram no ICMBio, colocando um coronel da PM de São Paulo como novo presidente do órgão, perseguiram e demitiram o presidente do Inpe, Ricardo Galvão.

Com o falso discurso de “reduzir direitos para gerar mais empregos”, o governo quer submeter os trabalhadores a um regime de semiescravidão e de total liberalidade para os patrões. A Reforma Trabalhista, a lei das terceirizações, a carteira verde e amarela, a MP 881 e a flexibilização das NRs de Saúde e Segurança do Trabalho precarizam as condições de trabalho, impõem salários baixíssimos e jornadas extensivas. Na realidade, quanto mais direitos são retirados, mais a informalidade e o desemprego crescem. Por isso, o governo Bolsonaro buscou enfraquecer os principais organismos do Estado que atuam na defesa dos direitos dos trabalhadores. Nessa perspectiva, a extinção do Ministério do Trabalho, criado para equilibrar a relação entre patrão e empregado, é a formalização dessa política. Enquanto isso, os servidores do extinto ministério, e a população, sofrem as consequências dessas ações. Em São Paulo várias unidades de atendimento foram fechadas. Na capital, todos os serviços estão concentrados na SRTE, após o encerramento das atividades das gerências, antes instaladas em pontos estratégicos da cidade. Com isso, as demandas de trabalho aumentarão,



gerando filas e mais pressão sobre os servidores. O ano está terminando e Bolsonaro não apresenta nenhuma política pública de trabalho, emprego e renda, tão necessária, para enfrentar o desemprego no país que atinge milhões de pessoas.

As visitas internacionais e relações político-econômicas firmadas com Israel, Japão e EUA, bem como o recente acordo EU-Mercosul, evidenciam que este governo é um capacho do imperialismo e quer entregar ainda mais o Brasil para os países ricos, como no acordo da Base de Alcântara no Maranhão com os EUA, o pacote de privatização das estatais (Petrobrás, Correios, Banco do Brasil, CEF, empresas de energia, etc.) e o pagamento da dívida pública aos banqueiros.

As reformas econômicas do governo e Paulo Guedes retrocedem em conquistas históricas como a seguridade social e o direito a aposentadoria. Contudo, a resistência protagonizada pela classe trabalhadora da

cidade e do campo, que tem lutado incansavelmente contra os ataques dos governos anteriores, demonstra que não será fácil implementar este projeto de superexploração e recolonização do país.

Por isso, Bolsonaro emprega métodos de repressão e acentua os traços mais autoritários do regime capitalista a serviço de impor este projeto. Atenta contra o direito de livre organização e manifestação, aprova medidas para restringir as poucas liberdades democráticas que conquistamos, anuncia uma reforma sindical com duros ataques as entidades, criminaliza os movimentos sociais e tem incentivado uma escalada de violência e assassinatos dos lutadores! Dissemina ódio com um discurso machista, racista, LGBTfóbico e xenófobo para dividir a classe e dissemina um ataque ideológico ao marxismo nas escolas, que se choca com a ciência, a cultura e a liberdade de imprensa.

Mas apesar da dureza dos ataques, o governo está mergulhado em crises internas permanentes, é investigado por corrupção, nepotismo e ligação com as milícias. A “nova política” tem sido desmascarada aos olhos de parte dos que o elegeram, ainda que o governo mantenha um setor social como sua base fiel.

A aprovação da Reforma da Previdência no Congresso o fortaleceu e o cacifou perante toda a burguesia, mas a classe trabalhadora não está derrotada. Indignados com as péssimas condições de vida, com o fim da



aposentadoria, por emprego e educação, os trabalhadores construíram dias de luta nacionais, como o 8 de março protagonizado pelas mulheres, o 14 de março por Justiça para Marielle e Anderson, as manifestações contra o golpe militar corridas em 31 de março, o 22 de março – dia nacional de paralisação e protestos, desembocando no 1º de maio unitário, o 15M e 30M que incendiaram a juventude e os trabalhadores da educação contra os cortes e a Reforma da Previdência e a greve geral de 14 de junho.

Depois de muita luta, a PEC 06/19 só foi aprovada com a liberação de mais de 4 bilhões em emendas para comprar o voto dos deputados e intensa propaganda do governo na mídia. A cúpula das centrais colocou a mobilização a serviço da negociação dentro do Congresso de uma reforma “menos pior”. Essa estratégia foi uma traição, pois a proposta resultante desse Acordão, que envolveu este Congresso Nacional de corruptos, Rodrigo Maia, os partidos da direita até os governadores do PT, PCdoB, PSB e Solidariedade, manteve a essência da reforma, que ataca a aposentadoria dos mais pobres.

Nossa central, a CSP-Conlutas, cumpriu um papel determinante neste processo. Esteve na linha de frente na construção da unidade através do calendário comum de lutas, e das ações conjuntas na base das categorias, construindo e trilhando a possi-



bilidade da convocação da greve geral de 14 de junho e dos dias de luta. Assim como não vacilou na denúncia do acordão e do imobilismo das centrais, e manteve acesa a luta no dia 12 de julho em Brasília e nos dias 6 e 13 de agosto.

O 24º Congresso do Sindsef-SP resolve:

Basta de Bolsonaro-Mourão! Derrotar seu projeto de ditadura, recolonização do país e superexploração!

Seguir na batalha pela unidade para lutar, como uma necessidade da classe trabalhadora. A unidade para derrotar a extrema direita deve ser forjada com independência de classe. Precisamos derrotar Bolsonaro nas ruas, apostando na ação direta e na construção de um calendário de luta que mobilize nossa classe com objetivo de construir uma nova greve geral, ao passo que também aponte uma

saída anticapitalista e por fora dessa democracia dos ricos.

É necessário apresentar um programa que responda às necessidades imediatas e históricas dos trabalhadores da cidade e do campo, a defesa dos direitos sociais e trabalhistas, emprego, salário, aposentadoria, moradia digna, terra para trabalhar, direito ao território, igualdade as mulheres, negros, LGBTQs e imigrantes, fim das queimadas, desmatamento e garimpo na Amazônia. Contra a repressão e censura, defesa intransigente do direito de organização, manifestação e greve. Repudiar qualquer declaração de apoio a tortura e repressão aos lutadores. Ditadura nunca mais!

Neste sentido, a luta contra os ataques do governo deve estar combinada com um projeto dos trabalhadores para superar a crise econômica e social. Para que os capitalistas paguem pela crise é necessário: a suspensão

imediate do pagamento da dívida pública, a diminuição da jornada de trabalho sem redução de salários, a estatização das empresas que foram privatizadas, a proibição da remessa de lucros ao exterior, a estatização do sistema financeiro, o fim da corrupção, a revogação das reformas e da EC 95, proteção do meio ambiente e das nossas florestas, nacionalização das terras e expropriação do agronegócio.

Esse programa não será possível sem derrotar a extrema direita Bolsonaro-Mourão, por isso, a Frente Única é imprescindível nessa conjuntura. Porém, tampouco nossas necessidades serão atendidas por um governo em aliança com a burguesia e que não rompa com o imperialismo. Não podemos reeditar o projeto de conciliação de classes do PT e suas variantes defendidas pelas frentes eleitorais FBP e FPSM. É um erro apostar na estratégia de eleição de um governo do “mal menor” em 2022. As lutas da nossa classe devem ser guiadas para a superação deste sistema de exploração e opressão.

O Sindsef-SP defende o fortalecimento da CSP-Conlutas, para disputar a reorganização da classe trabalhadora, forjando nas lutas uma alternativa de direção de caráter sindical e popular, com independência de classe, democracia operária e internacionalista.

Resolução sobre a lava jato e a luta contra a corrupção



Considerando que:

A luta contra a corrupção e a exigência de prisão de todos os corruptos e corruptores são exigências legítimas e democráticas da ampla maioria da população, principalmente num país como o Brasil em que reina a impunidade aos ricos e poderosos, enquanto a justiça burguesa é conivente com o genocídio e o encarceramento em massa do povo pobre.

A corrupção é um mecanismo intrínseco ao capitalismo e todos os seus governos, principalmente nos

momentos de crise econômica. É assim, inclusive, nos governos de conciliação de classes, como foram nos governos do PT. Basta lembrar o Mensalão.

O Sindsef-SP e a CSP Conlutas sempre tiveram entre suas bandeiras a defesa da prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores e nunca depositaram nenhuma confiança na Justiça burguesa, alertando para a impunidade e o favorecimento de ricos e poderosos, enquanto no Brasil, quase metade dos presos, a maioria



negra e pobre, sequer tiveram julgamento.

Os recentes vazamentos do site Intercept mostram essa seletividade da justiça burguesa e que a Operação Lava Jato, que ganhou notoriedade perante a maioria da população, é tão corrupta quanto os setores que dizia combater.

Na prática, a Lava Jato tem seus bandidos de estimação. Mensagens e áudios mostram que a operação se negou a investigar os bancos, impediu a delação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, livrou a cara do PSDB. A entrada do ex-juiz Sérgio Moro e o apoio de procuradores da

Lava Jato ao governo Bolsonaro, autoritário e alvo de indícios de corrupção, desmascarou seu suposto combate à corrupção. Veio a público também que sua seletividade foi usada para atacar desafetos políticos, especialmente o PT e Lula.

Comprova-se, na prática, que na justiça burguesa não há mocinhos. Enquanto um setor usa seletivamente a bandeira do combate à corrupção para investigar e punir desafetos políticos, usando até mesmo métodos ilegais para isso, de outro, vemos setores defenderem a impunidade. Nesse momento, inclusive, vemos Bolsonaro, Gilmar Mendes e o PT unidos para

interromper as investigações contra Queiroz e o filho de Bolsonaro.

Contudo, as revelações do Intercept não são atestado da inocência de Lula ou dos governos do PT, embora Lula tenha direito a rever seu processo legal e julgamento.

A comprovação da seletividade da Operação Lava Jato não implica na adesão, apoio ou participação na Campanha Lula Livre, cujo conteúdo é dar um atestado de inocência a Lula e aos governos do PT, bem como a defesa da impunidade. É ainda uma campanha eleitoral, que visa resgatar um programa de conciliação de classe.

A classe trabalhadora, com seus partidos e sindicatos, deve derrotar Bolsonaro e garantir direitos históricos nas ruas, com ação direta. Canalizar a luta para as eleições, como faz a turma do Lula livre, enfraquece a classe. Nosso sindicato deve lutar em defesa do serviço público de qualidade e dos direitos dos servidores, e não fazer campanha eleitoral para Lula e para o PT, por isso não apoiaremos a campanha pelo Lula livre, nossa luta é outra. Nossa luta é contra as reformas e os ataques do governo.

O 24º Congresso do Sindsef-SP resolve:

Defender a luta contra a corrupção com a prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores; Denunciar a Justiça burguesa, bem como a seletiva e corrupta Lava Jato e também os setores que defendem a impunidade;

Não nos somaremos à Campanha Lula Livre (que o PT tem todo o direito de fazer), pois ela visa na verdade dar um atestado de inocência a Lula e ao PT, em uma campanha eleitoral antecipada em defesa de um novo projeto de conciliação de classes, e porque divide o movimento de massas;

Não é tarefa do movimento dos trabalhadores defender Lula Preso ou Livre. É tarefa exigir que todos os denunciados por corrupção sejam investigados e tenham julgamento regular;

Lula tem direito a um julgamento regular;

Defesa do jornalista Glenn Greenwald e da liberdade de imprensa. Contra toda forma de censura, perseguição e criminalização.



RESOLUÇÃO SOBRE PLANO DE AÇÃO

Unificar as lutas já para derrotar Bolsonaro e seu projeto de ditadura e escravidão

Considerando que:

No primeiro ano desse governo autoritário e de extrema direita de Bolsonaro/Mourão é possível perceber a violência do projeto de ditadura, entrega do país e de semiescravidão que ele quer aplicar.

A floresta amazônica queima e as árvores vêm abaixo para servir aos interesses de mineradoras, grileiros e latifundiários. O desemprego agride violentamente as famílias trabalhadoras mais pobres e junto com isso assistimos à redução dos salários, a precarização do trabalho, a ofensiva sistemática contra direitos trabalhis-

tas e sociais, como o ataque às aposentadorias com a Reforma da Previdência.

O ataque à soberania nacional e o projeto de entrega do país – das estatais, do território, do subsolo - para o capital internacional e para o sistema financeiro é uma verdadeira pilhagem. Trata-se de um governo cachopo de Trump e inimigo da classe trabalhadora, da juventude e do povo pobre.

Esse governo ultraliberal na economia tem um projeto político conservador e autoritário. Bolsonaro, seus filhos e toda uma ala desse





governo defendem o revisionismo histórico, a ditadura, a tortura e o obscurantismo. Atacam a ciência, a pesquisa, a cultura, as universidades, os professores e defendem o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Não à toa estamos assistindo um aumento avassalador dos crimes de machismo contra as mulheres, bem como da LGBTfobia.

Sendo um governo militarizado, faz um discurso que lembra a defesa dos esquadrões da morte da ditadura (no que é copiado por governadores como Witzel-RJ). Faz apologia e propaga a violência da polícia e do Estado nas comunidades pobres, aumentando o genocídio da juventude e do povo pobre e negro das periferias e o encarceramento em massa.

Assistimos estarecidos uma menina como Ágatha, no Rio de Janeiro, ser baleada pelas costas, com seus 8 anos de idade. Os nossos tombam diariamente nas periferias. No campo brasileiro e na floresta, vemos avançar o latifúndio, grileiros armados e mineradoras sobre as terras de quilombolas, dos povos indígenas e povos da floresta.

Na Amazônia, podemos estar sob a ameaça de um novo genocídio indígena, sob a cumplicidade das FFAA, que não auxiliam o Ibama e, na verdade, protegem os que promovem o desmatamento.

O governo estimula o assédio moral nas empresas, quer aumentar a repressão sobre as lutas (com ajuda de governadores, como fez Doria e sua PM na Embraer) e ataca as liberdades democráticas. Tenta trazer de volta a censura (mais uma vez com ajuda de governadores e prefeitos); ataca e tenta restringir o direito de greve, de expressão e de organização da classe trabalhadora e dos movimentos populares. Ataca os sindicatos e o movimento sindical e não esconde querer acabar com “todo ativismo”. Tenta atacar também a liberdade de imprensa, vide as ameaças ao jornalista Glenn Greenwald; atacou o pai do presidente da OAB Fernando Santa Cruz, que foi morto



pela ditadura. Atacou a Comissão da Verdade e desmontou a Comissão de Mortos e Desaparecidos, nomeando uma maioria de defensores da ditadura e dos torturadores.

Mas a reação e enfrentamento da nossa classe é incessante e nos mostra o caminho que devemos trilhar e fortalecer. Bolsonaro e Mourão têm o menor nível de popularidade para esse tempo de gestão. É um governo improvisado, produto do profundo grau de crise do sistema capitalista, do esgotamento do regime da Nova República, do projeto neoliberal e de reversão colonial do país, aplicados por todos os governos, incluindo os do PT. Ele pode ser derrotado.

Esse governo, embora seja tolerado pela maioria da classe dominante e tenha apoio dela para aplicar o “ajuste” ultraliberal, se desentende quando se trata de dividir a pilhagem e o roubo da superexploração. É um governo frágil para aplicar o projeto que defende e tende a crises.

Embora carregue o perigo do autoritarismo, ao ter atrás de si os militares, que perante uma crise maior podem tentar um autogolpe, por outro lado, pode também arrastar as FFAA para dentro da crise, com o aumento do desgaste do governo e o aprofundamento da polarização da luta de classes.

De todas as suas contradições, a maior delas é que a classe trabalhadora, os setores populares do campo e da cidade e a juventude não estão derrotados, têm capacidade de luta e podem derrotar nas ruas, com greves

e manifestações, Bolsonaro-Mourão e seu projeto de ditadura, de entrega do país e semiescraavidão.

Desde o carnaval, que a oposição das ruas entrou em cena. O 8 de março cumpriu seu papel; o 15 de maio foi um ponto alto, com atos massivos pelo país. Dia 30 de maio, foi outro dia importante. O 14J, dia da Greve Geral, poderia ter sido um dia mais forte e menos desigual, não fossem as cúpulas das Centrais iniciar o desmonte do processo de luta contra a reforma da Previdência e em defesa do emprego e da educação, para privilegiar negociações no Congresso (enquanto governadores da oposição negociavam e defendiam claramente a Reforma da Previdência, com pequenas diferenças, junto com Rodrigo Maia).

Contudo, nem bem o governo e a burguesia acabavam de ter uma vitória econômica com a votação da Reforma da Previdência, abriu-se a crise com os incêndios na Amazônia, levando Bolsonaro pela primeira vez a falar em cadeia nacional de rádio e televisão e receber um painel como resposta.

Há a possibilidade e a necessidade de organizar e unificar as lutas de batalhões pesados da classe trabalhadora brasileira, como petroleiros, trabalhadores dos Correios, metalúrgicos, eletricitários, estudantes, trabalhadores da Educação, funcionalismo público federal e outros, juntamente com os movimentos populares, indígenas e quilombolas. Todas essas lutas do ponto de vista

objetivo enfrentam politicamente o governo Bolsonaro e seu projeto. Essa é, como veremos abaixo, a primeira tarefa do nosso plano de ação. Defender a organização unitária da greve em petroleiros e demais setores, e uma agenda unificada.

A contradição maior, mais uma vez, é que enquanto a Petrobrás e Bolsonaro usam o TST para tentar dividir e impedir os petroleiros de lutar, a FUP joga suas fichas na Justiça e segura a greve dos petroleiros. No Senado, o governo aprova a Reforma da Previdência em acordo com a oposição, que em troca de negociar a partilha da cessão onerosa do pré-sal (privatização da Petrobrás), aceitou não fazer obstrução.

Governo e oposição (governadores e parlamentares) negociam a grana do mega leilão de privatização do petróleo que vai ocorrer mês que vem, sendo que, depois da entrega da BR Distribuidora, estão na fila sete refinarias para serem privatizadas. Isso tudo quando os petroleiros poderiam estar organizados para entrar em greve com Correios, eletricitários e outros setores, encurralando o governo.

Da mesma maneira, a oposição, o PT e seus governadores estão negociando a PEC paralela, que deve votar a reforma da Previdência de professores e servidores de estados e municípios, e Bolsonaro e Rodrigo Maia já falam em Reforma Administrativa.





Vemos às vezes também uma verdadeira “unidade de ação” entre governo e oposição. Um exemplo é o que fez e está fazendo o governador Flávio Dino, do Maranhão (PCdoB), em relação à entrega da base de Alcântara aos EUA e à desocupação de comunidades como a do Cajueiro e dos quilombolas.

A tarefa da nossa classe e de todas suas organizações é organizar a luta unificada, em defesa das nossas reivindicações, da soberania do país, do meio ambiente, das liberdades democráticas para derrotar o governo autoritário de Bolsonaro e seu projeto já, nas ruas, nas mobilizações e greves.

O caminho para derrotar Bolsonaro não é desmontando e segurando as lutas; aceitando negociar a retirada de direitos e privatizações no Congresso, compondo Frentes Amplas, eleitorais e de colaboração de classes com a burguesia para 2020 e 2022. Unificar os setores em luta e as lutas é fundamental. A construção da Greve Geral segue sendo uma necessidade.

Se as cúpulas das maiores centrais e de diversas organizações que intervinem na classe trabalhadora tivessem o compromisso de realmente defender os direitos e impedir os ataques do governo, seria o caso de realizar unitariamente um Encontro Nacional de Base de toda a classe trabalhadora e setores populares para organizar a luta. Isso seria uma enorme alavanca para a luta e para a derrota de Bolsonaro. Mas, infelizmente, não é a defesa até o final dos direitos da nossa classe e a luta unificada a prioridade delas.

Nós seguiremos, junto à CSP Conlutas, defendendo e intensificando esforços para realizar toda Frente Única possível, entre todas as organizações da classe e movimentos populares, para lutar em defesa das nossas reivindicações. Da mesma maneira que, perante qualquer ameaça às liberdades democráticas, defendemos realizar toda unidade de ação para lutar, como fizemos nas mobilizações



pelos Diretas Já.

Nesse sentido, devemos propor um programa mínimo para a ação, com as reivindicações mais importantes e capazes de unir na luta a classe trabalhadora, os setores populares, oprimidos, a juventude. Lutar já pela unificação das lutas em curso. Manter o chamado à Unidade de Ação e à Frente Única da classe trabalhadora para lutar. Unir os que querem lutar e organizar os lutadores.

Programa mínimo para ação unitária de nossa classe:

Combater todos os projetos que têm como objetivo a retirada de direitos da classe trabalhadora.

Lutar em defesa do emprego; redução da jornada, sem redução de salários e plano emergencial de obras públicas nas áreas de saneamento, moradia popular, saúde, infraestrutura e educação;

Nenhum direito a menos. Lutar contra a Reforma Trabalhista, a Carteira Verde Amarela e a MP 871. Lutar contra a flexibilização das NRs e os ataques à justiça do trabalho; por mais proteção, segurança e saúde no trabalho. Lutar pela anulação das leis das terceirizações. Direitos iguais para todos os trabalhadores.

Apoiar as mobilizações em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade; não aos cortes na educação, extensão e pesquisa;

Lutar em defesa dos serviços públicos; valorização, concurso e esta-

bilidade dos servidores públicos das três esferas;

Lutar pela revogação da EC nº95 que congela os investimentos públicos por 20 anos;

Apoiar as mobilizações em defesa do meio ambiente e do IBAMA;

Lutar contra a censura, por uma cultura livre e viva!

Lutar em defesa da Previdência Pública, das aposentadorias e da seguridade social. Não à Reforma da Previdência e ao projeto de PEC paralela!

Envidar esforços na construção e participação de espaços coletivos frente única, junto com outras organizações, movimentos sociais, populares de juventude, sindicatos, centrais e frentes, que tenham como objetivo a construção de um calendário de lutas unificado para resistir aos retrocessos impostos pelo atual governo.

Defender a soberania nacional. Não às privatizações da Petrobrás, Correios, Bancos Públicos, setor elétrico e outros.

Não à privatização do Serpro. Privatizar o Serpro significa entregar de bandeja informações e dados estratégicos;

Não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Reestatização das empresas privatizadas;

Defender a saúde pública gratuita e de qualidade, 10% do PIB para o SUS

Apoiar movimentos que lutam

por terra e moradia. Reforma Agrária Já, sob o controle dos trabalhadores. Titulação de todas as terras quilombolas e demarcação de todas as terras indígenas;

Reforma urbana já e sob o controle dos trabalhadores. Expropriação dos imóveis vazios e sem função social.

Defender a Amazônia, o meio ambiente e os povos da Floresta, contra Bolsonaro-Mourão-Trump; e também contra Macron e demais capitalistas que destroem a floresta, os povos da floresta e o planeta.

Lutar pelo fim do teto de gastos. Os ricos é que devem pagar pela crise. Suspensão do pagamento da dívida e auditoria;

Lutar contra toda forma de opressão. Basta de machismo e violência contra as mulheres. Não ao Racismo, LGBTfobia e Xenofobia; Repudiar e combater o encarceramento arbitrário e o genocídio da juventude negra.

Lutar contra prisões arbitrárias de manifestantes a criminalização dos movimentos sociais. Lutar continuamente pelas Liberdades Democráticas. Liberdade de expressão, de manifestação, de greves, de organização, de imprensa. Nenhuma censura! Punição aos torturadores e assassinos da ditadura. Ditadura Nunca Mais!

Exigir Justiça para Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes.

Derrotar Bolsonaro-Mourão e seu projeto de ditadura e semiescravidão.



PLANO DE LUTAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

RESOLUÇÃO SOBRE SERVIÇO PÚBLICO

Em defesa dos servidores e dos serviços públicos!

Considerando que:

Bolsonaro tem intensificado os ataques aos serviços públicos, promovidos desde os anos 90 pelos governos de plantão, impulsionados pelos planos neoliberais de estado mínimo. FHC, Lula, Dilma e Temer fizeram privatizações, terceirizações, criaram as Organizações Sociais (OSs) e legislações que engessaram o Estado, como a lei da Responsabilidade Fiscal e a Emenda Constitucional 95 (EC 95), implementando um teto, como forma de impedir maiores investimentos nos serviços públicos. Essas políticas garantiram o saque de quase metade do orçamento da União para os banqueiros, desviando os recursos dos serviços públicos e para o pagamento de juros e amortizações de uma falsa dívida pública.

As políticas neoliberais também buscam transformar os serviços públicos em negócios rentáveis, subvertendo a lógica de que são direitos e devem ser garantidos pelo Estado, transferindo para a iniciativa privada sua prestação, reduzindo salários, diminuindo o número de trabalhadores, entre outros ataques.

As políticas ultraliberais de Bolsonaro pretendem intensificar ainda mais o desmonte dos serviços públicos, através de ampla reforma administrativa, impondo medidas como enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos; redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo; redução de jornada com redução de salário; instituição de um carreira horizontal e transversal, extinguindo a referência das lotações; congelamento salarial e redução dos benefícios do funcionalismo; aumento da alíquota sobre o PSS; possibilidade de redução



do valor atual da aposentadoria com a cobrança da contribuição previdenciária; redução do salário inicial do funcionalismo e intervalo maior para atingir progressões; fim da estabilidade; ampliação da contratação temporária, terceirização e autorização para a União criar fundações privadas, contratar organizações sociais e serviço social autônomo; contrato de gestão ou mesmo convênio, para prestar serviços ao Estado nas diversas áreas do serviço público.

Assim, o sucateamento dos serviços públicos avança exponencialmente. Diante deste cenário, a luta em defesa dos serviços públicos exigirá esforço redobrado e também irá requerer maior participação dos trabalhadores e fortalecimento das entidades. Por este motivo, o Governo se adianta na tentativa de desorganizar os trabalhadores, promovendo a descentralização, mediante a transferência de atribuições e responsabilidades para estados e municípios; tenta criar programas de automação e digitalização de serviços de maneira a terceirizar as atividades públicas, além de querer regulamentar, de modo restritivo,

o direito de greve do servidor público e outros ataques às organizações sindicais.

Para a educação, o projeto do Governo Bolsonaro é a destruição da rede de educação superior, composta pelas Universidades e Institutos Federais. Neste sentido, o MEC apresentou um projeto chamado Future-se, cujo propósito altera o conceito de educação para instituições com fins financeiros, que visam a captação de recursos como prioridade. Para executar tal projeto, as IFES (Instituições Federais de Educação Superior) perderiam sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão para entregá-la às OS. Esse projeto de educação foi apresentado como forma quase impositiva, já que o Governo promoveu cortes que já atingem R\$ 6,1 bilhões neste ano. Como existe resistência na comunidade acadêmica aos projetos de Bolsonaro e seu ministro, a política do Governo tem sido de desrespeitar as consultas que indicam os Reitores e dar posse a Reitores que garantam a aplicação de suas medidas, ou até mesmo de nomear agentes de sua confiança para atuar e intervir nas IFES.

Políticas semelhantes são aplicadas nos diversos órgãos do Executivo, como o esvaziamento da Funai; o enfraquecimento do Incra, do Ibama e do ICMBio; o fim dos Ministérios do Trabalho, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Esportes. Como os ataques visam também a desorganização dos trabalhadores, o mais fatiado foi o Ministério do Trabalho. As atividades desenvolvidas pelo extinto ministério foram pulverizadas em diferentes órgãos. No Ministério da Economia criaram a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e, logo abaixo no organograma, a Secretaria do Trabalho. Parte dele também foi para os “superministérios” da Justiça, de Sér-





gio Moro e para a Cidadania.

Outro foco do Governo Bolsonaro tem sido a destruição do meio ambiente para promoção do agronegócio, mineradoras e madeireiras. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente deixou de servir ao seu propósito e o ministro Ricardo Salles vem colecionando ações que demonstram total desprezo com a proteção ao meio ambiente, prometendo até revisar todas as multas lavradas pelos fiscais do Ibama.

Bolsonaro também defende a exploração mineral em terras indígenas, principalmente na área da reserva Ianomami onde, segundo ele, há “bilhões ou trilhões de dólares” debaixo da terra. Isso representa o fim das reservas, desmatamento, expulsão das comunidades, mortes, extinção de espécies da fauna e flora.

Para dar cabo a esses diversos ataques, Bolsonaro criou o “superministério” da Justiça, num contexto em que a reforma trabalhista, a lei das terceirizações e a recém aprovada MP 881 retiraram direitos dos trabalhadores e a Justiça do Trabalho se apresenta como mais frágil para defesa dos trabalhadores. Por isso, a luta pela democratização do judiciário e do Ministério Público da União, tanto das relações internas quanto das relações com a sociedade, onde verificamos o descrédito cada vez maior na atuação de seus membros e cúpulas. Isto impõe um cenário de mais dificuldades para valorização dos servidores.

É preciso debater o papel da Justiça, como parte do aparelho de estado, na retirada de direitos, na perpetuação de desigualdades e na repressão das lutas sociais. É preciso democratizar o acesso e enfrentar os privilégios mantidos em seu interior, com aplicação de política salarial voltada apenas aos juizes e procuradores, que consome parcelas cada vez maiores do orçamento, em detrimento dos servidores.

Essa diferença, existente entre um grupo minoritário que detém poderes absolutos, foi inclusive utilizada pelo Governo e pela mídia como justificativa para avançar com a Reforma da



Previdência. Sob o eco de atacar os “privilegiados”, a reforma da previdência manteve os privilégios destes intactos, desferiu grandes golpes ao conjunto dos trabalhadores e foi dura também no funcionalismo.

A aprovação da Reforma da Previdência representa o desmonte da seguridade social brasileira e um duro ataque ao conjunto dos trabalhadores. Os servidores públicos sofrerão com medidas como: vedação de incorporação de vantagens; modalidades de aposentadorias (por incapacidade, compulsória e voluntária); limites máximos e mínimos dos proventos; vedações de acumulação de aposentadorias e de pensões; tipos e formas de contribuições previdenciárias; a permissão para que o regime de previdência complementar fechada (os fundos de pensão) possa ser gerido por entidades abertas (bancos e seguradoras) etc. O texto permite, ainda, a extinção de regime próprio de previdência social (RPPS) e a transferência para Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como instituírem alíquota progressiva da contribuição previdenciária para ativos, aposentados e pensionistas; ampliar a incidência da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, cobrar dos aposentados e pensionistas contribuição extraordinária por até 20 anos, entre outros ataques ao regime de previdência social.

As diversas regras de redução do cálculo das aposentadorias, bem como o aumento do tempo de contribuição e

da idade mínima atinge tanto os trabalhadores da iniciativa privada como os trabalhadores do funcionalismo. Querem aumentar a miséria do povo para beneficiar os verdadeiros privilegiados, 1% da população, especialmente os banqueiros. É um duro ataque aos direitos de milhões de trabalhadores.

Os ataques seguem também para a saúde, que deveria ser promovida pelo Governo federal. Parte significativa dessa prestação é composta pelos HUs (Hospitais Universitários), que foram entregues às OS através da EB-SERH. Agora, o projeto do governo é de piorar ainda mais a saúde pública e retirar leitos dos SUS para o atendimento a convênios privados nas redes públicas. Os HUs, por concentrarem pesquisadores, ainda cumprem um papel de atendimento de doenças complexas para o povo pobre. Essa associação tende a tornar os HUs cada vez mais dependentes financeiramente dos empresários da saúde e, portanto, mais inacessíveis para tratar condições como cânceres, partos de risco, transplantes, transtornos psiquiátricos graves, doenças raras e vários outros atendimentos de ponta.

A condução do Ministério da Saúde por Luiz Henrique Mandetta também tem sido muito problemática. A suspensão dos contratos com vários laboratórios para produzir 19 medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS é uma tragédia que já prejudica cerca de 30 milhões de pacientes pelo país e vai aumentar a quantida-

de de mortes por câncer, rejeição de transplantes, diabetes e hipertensão.

Seguindo a política de extermínio da população negra e LGBT de Bolsonaro, Mandetta também atacou o Programa Brasileiro de Aids, um dos mais importantes do mundo, ao acabar com o departamento específico e agrupá-lo numa coordenação conjunta com doenças cujo enfrentamento é completamente diferente, como hanseníase e tuberculose, exatamente em um momento que a incidência de novos casos de HIV volta a crescer entre jovens e adolescentes, entre outros ataques.

O 24º Congresso do Sindsef-SP resolve:

Construção de uma Greve Geral para derrubar a Reforma da Previdência de Bolsonaro, Guedes e Maia.

Revogação da Reforma Trabalhista e da Lei de Terceirização; Defesa da justiça do trabalho e recriação do Ministério do Trabalho! Não à Carteira de Trabalho “verde-amarela”, sem direitos.

Valorização dos serviços e servidores públicos! Por mais concursos públicos e pela manutenção da estabilidade do funcionalismo, retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF; arquivamento imediato do PL 248/95, PLS 116 e de todos os projetos que atacam a estabilidade;

Unificar o conjunto do funcio-



nalismo na luta contra o projeto ultraliberal. Por uma plenária do FONAASEFE para construção de lutas nacionais unificadas em defesa do serviço público das três esferas, contra o desmonte e as privatizações do governo Bolsonaro, aberta a participação ampla.

Impulsionar a reativação da CNESF

Contra o ponto eletrônico, porque diferente do discurso de frequência, tem sido um instrumento de monitoramento de quem paralisa, se organiza e luta.



Por um Encontro Nacional dos Servidores da Secretaria do Trabalho para encontrarmos e discutimos estratégias para combater o desmonte que continua acontecendo desde antes da extinção do Ministério do Trabalho. Pela recriação do GT que acontecia anteriormente no Ministério do Trabalho agora junto com os companheiros da Previdência.

Fazer campanha contra o adoecimento, o assédio ao funcionalismo público. Incorporar o dia 17 de outubro como Dia Nacional de combate ao assédio nas instituições públicas.

Em defesa da Educação pública, gratuita, laica e de qualidade; não ao FUTURE-SE

Em defesa do SUS 100% público, gratuito, estatal, de qualidade e socialmente referenciado; Por um plano de produção de medicamentos por estatais do setor farmacêutico para distribuição gratuita para a população! Retorno imediato dos contratos para produzir remédios para diabetes, câncer, hipertensão e outros! Retorno do Programa Brasi-

leiro de Aids, com a verba necessária e sem ingerência moralista por parte de nenhum governo;

Investimentos em moradia e saneamento básico;

Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;

Correção salarial com aplicação de índice até janeiro de 2020 (Índice do Dieese e Sinal, próximo de 33%); política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias. Pela garantia do direito à data-base, em primeiro de maio. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes; garantia plena da licença capacitação e qualificação do servidor público. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos; regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário.

Contra as privatizações e o desmonte dos serviços públicos! Reestatização, sem indenização, das empresas privatizadas pelos governos anteriores!

Em defesa das liberdades democráticas e da livre manifestação e organização dos trabalhadores! Não ao ataque às entidades sindicais! Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT. Liberação de ponto para as atividades sindicais e de dirigentes sindicais, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas.

Defesa do funcionalismo público em conjunto com outros segmentos da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

Por um plano emergencial de geração de emprego, com direitos e salário digno.

Suspensão e auditoria imediata do pagamento da dívida pública.

Não à Corrupção! Punição e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores!

Questões Específicas do Sindsef-SP

Realizar um Seminário de Organização Sindical do Sindsef-SP. Verificar com as demais entidades a possibilidade de realizar um Seminário de Organização Sindical das Entidades de Servidores Federais no Estado de SP.

Abrir a discussão na base sobre a forma de eleição da diretoria e, posteriormente realizar assembleia estadual para deliberar sobre o tema, antes do início do próximo período eleitoral.

Realizar formação política e capacitações para o combate ideológico contra o neoliberalismo, despoliticização e opressões;

Intensificar a luta contra todos os ataques do governo aos servidores públicos e aos sindicatos;

Realizar seminários sobre os

impactos da EC 95 e outras medidas de contingenciamento no orçamento dos órgãos;

Buscar a interseccionalidade com outras lutas sindicais, movimentos sociais, de mulheres, negros, LGBTTs e jovens;

Promover campanhas para novas sindicalizações e para manutenção dos já filiados ao sindicato;

Abrir a discussão com os terceirizados sobre a melhor forma de organização junto ao Sindsef-SP;

Levar para a base a discussão sobre Reforma Administrativa, juntamente com a dívida pública;

Apoiar a construção de uma Frente Única para derrotar Bolsonaro nas greves e nas lutas;

Acompanhar as agendas dos atos com pauta ambiental para que



a base participe ;

Que o Sindsef-SP inclua como prioridade da sua política de comunicação a organização de uma campanha pública permanente, orientada ao público em geral, em defesa do serviço público e dos servidores, fundamentando-se numa sólida propaganda conceitual sobre o significado das instâncias do Estado brasileiro, as diferenças essenciais

para a classe trabalhadora entre a dimensão pública e a dimensão privada, seja nos serviços sociais, seja na ciência e tecnologia, seja na política de juros do banco central, etc; o impacto para a soberania nacional das privatizações das grandes estatais brasileiras, o papel da mídia como grande propagandista liberal e o liberalismo neocolonial do atual governo.



Que se monte uma equipe de propaganda com os servidores dos diversos órgãos que se interessarem pela proposta para auxiliar a diretoria do sindicato na montagem do conteúdo para as diversas peças publicitárias e demais táticas de comunicação que poderemos adotar para disseminação dessas idéias.

Que o sindicato estude a viabilidade financeira - condizente com suas posses e demais prioridades políticas - para investir numa “área de

áudio/visual e propaganda” do Sindsef que possa, na medida do possível, comprar equipamentos profissionais de áudio e vídeo (se ainda não tiver), espaços de propaganda na mídia de TV aberta, e

Fazer anúncios em vídeos do youtube, bem como envie pauta para canais progressistas do youtube com peças de nossa propaganda de defesa das prerrogativas sociais do Estado. 5) Em resumo: que seja uma campanha permanente de poli-

tização social através de propaganda conceitual (“o que é”, “quando surgiu”, “pra que serve” e “por que deve ser defendido”), elaborada pelas(os) servidoras(es) que se interessarem por compor essa equipe auxiliar de propaganda. A ideia, do ponto de vista profissional deverá ser operacionalizada pelos funcionários do departamento de comunicação do Sindsef SP, também contando com a ajuda de servidores voluntários. Essa proposta visa a produção de vídeos

dos mais diversos formatos, memes, gifs, textos, quadrinhos, vinhetas, charges, clipes musicais de paródias, contratação de produção de aplicativos e tudo mais que a criatividade daqueles que forem voluntários a participar da campanha permitir - todas essas mídias estarão enunciando os conceitos e as explicações que a equipe de propaganda conceitual elaborará.

Realizar um Seminário de Comunicação Sindical.



RESOLUÇÃO SOBRE OS TERCEIRIZADOS

Considerando que:

O Sindsef-SP sempre se colocou na defesa dos empregos, contra a precarização do trabalho e contra a reforma trabalhista e a lei das terceirizações. O governo Bolsonaro tem aplicado políticas que ampliam a precarização do trabalho e o desemprego tem crescido no país. Junto com essas medidas, têm retirado verbas do setor público e desferido um grande ataque às Instituições Públicas. Um dos reflexos desta falta de investimentos e recursos é a demissão em massa dos trabalhadores e trabalhadoras tercei-

rizadas do serviço público, seja por redução dos contratos como um todo. Quando não resulta em demissões, têm resultados em atrasos de meses dos salários.

O 24º Congresso do Sindsef-SP resolve:

Permanecer na luta contra os cortes realizados pelo Governo Bolsonaro

Impulsionar campanha pela defesa dos empregos e contra as demissões em massa dos trabalhadores terceirizados do serviço público, fruto

do corte de verbas monstruoso.

Exigir auditoria nas contas das empresas terceirizadas, que atuam no serviço público.

Lutar contra o assédio moral e as perseguições sobre os terceirizados, venha da gestão ou até mesmo da nossa categoria.

Lutar pelo direito de livre organização sindical dos trabalhadores terceirizados.

Seguir na campanha contra a lei das terceirizações.

Seguir na campanha contra a PJtização dos trabalhadores.

COMBATE ÀS OPRESSÕES

RESOLUÇÃO SOBRE COMBATE ÀS OPRESSÕES

Combater as opressões para unir a classe na luta contra o capitalismo

Considerando que:

O aprofundamento da crise econômica mundial acirra a polarização na sociedade. A política dos sucessivos governos para salvar os capitalistas da crise é atacar os direitos dos trabalhadores. As consequências dessa política e os efeitos da crise têm levado ao rebaixamento das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora e submete um setor da classe, especialmente as mulheres, negras e negros, imigrantes e LGBTs, a uma condição de barbárie social com o aumento da miséria, desemprego e violência.

Bolsonaro se elegeu apoiado em

um discurso de ódio contra mulheres, negros, LGBTs e imigrantes. Chamou quilombola de vagabundo e incapaz até de reproduzir! A Ministra Damares ataca as LGBTs, a “ideologia de gênero”, defende uma única forma de família e a submissão da mulher. Reproduzem o que há de mais atrasado em relação aos preconceitos e discriminações criados pelas ideologias de opressão. Para garantir os privilégios da burguesia, intensifica ainda mais a perseguição aos setores oprimidos da classe trabalhadora e institui políticas que restringem o acesso aos direitos democráticos mínimos.





Este discurso de ódio está a serviço do seu projeto de semiescravidão e recolonização do país. A opressão é utilizada como um mecanismo para superexplorar os trabalhadores, dividir a classe e subjugar as mulheres, negros, LGBTs e imigrantes, relegando-os a informalidade, o subemprego, ao desemprego crônico e excluídos dos direitos básicos de saúde, educação, moradia, terra e assistência social. Os quilombolas e indígenas estão sendo expulsos de suas terras. O governo deu carta branca para um verdadeiro ataque as reservas, permitindo o garimpo e favorecendo o agronegócio, bem como o uso da violência e assassinato dos latifundiários contra as comunidades.

A reprodução da opressão é utilizada para desmoralizar a vanguarda das lutas no último período e para dividir a classe, colocando homens contra as mulheres, brancos contra negros e negras, brasileiros contra imigrantes. Há um ascenso de luta das mulheres em todo o mundo, bem como do conjunto dos setores oprimidos, como parte de uma luta geral da classe trabalhadora contra o pacote de ataques e austeridade. Em todas as manifestações no país, desde 2010, com as revoltas dos operários da construção civil nas grandes obras, categoria majoritariamente negra; passando pelas mobilizações de rua em 2013 contra o governo do PT, quando a maioria dos manifestantes eram mulheres e LGBTs; as greves e paralisações de diversas categorias e o ato do #EleNão, primeira manifestação de massas contra Bolsonaro; os setores oprimidos foram protagonistas na luta de classes do país.

Não é privilégio de Bolsonaro a utilização dessas ideologias, visto que o capitalismo como um sistema de opressão e exploração, sempre se beneficiou da condição de desigualdade dos setores oprimidos para lucrar, e a política dos governantes representantes da burguesia manteve-



ram as desigualdades. As mulheres, negros e LGBTs nunca tiveram os mesmos direitos sociais mesmo nos governos do PT. Foram os primeiros a serem demitidos, a perderem suas casas, a viverem na marginalidade, a sofrerem com a falta de acesso a educação e saúde pública.

Com o avanço da ultradireita em vários países do mundo até os direitos democráticos, conquistados com muita luta, estão ameaçados. Nos EUA, por exemplo, o aborto legal foi garantido às mulheres em 1973 e, desde então, sofre ataques dos setores conservadores, mas agora começa a sofrer retrocessos na legislação em vários estados, ficando proibida a interrupção de uma gestação mesmo quando fruto de incesto ou estupro. Na Rússia, houve um retrocesso na legislação em relação a punição em caso de violência doméstica e a total criminalização da homoafetividade.

Essa reação da ultradireita frente às conquistas arrancadas pelos setores oprimidos nos últimos anos, só reforça a necessidade de derrotar esses governos e seus projetos conservadores nas ruas, como foi o

caso da greve de mulheres da Polônia para barrar a restrição aos casos legais de aborto no país e a luta que derrotou o “PL da cura gay” proposta pelo deputado Feliciano. Também se viu no país do sonho americano, a explosão de várias manifestações da população negra, a partir do movimento “Black lives matter” (vidas negras importam) frente aos crescentes casos de assassinato de pessoas negras por parte da polícia. Contudo, em países com governos “ditos mais progressivos” como na Suíça as mulheres fizeram greve por salário igual para trabalho igual e contra a violência machista; e mais recentemente no México houve manifestações contra o aumento da violência e o desmantelamento das políticas para mulheres por parte do governo Obrador.

No Brasil a história dos setores oprimidos é de muita violência e privações. Somos o país em todo o mundo no qual mais se assassina LGBT’s. As pessoas trans sequer tem acesso ao mercado de trabalho. O fardo de ter sido o último país a abolir a escravidão de negros e negras pesa sob nossas costas até hoje,

passando pelas políticas higienistas, de embranquecimento da população, ao mito da democracia racial e harmonia da miscigenação. Há um genocídio da juventude negra da periferia pela PM e milicianos. As mulheres trabalhadoras são assassinadas de várias formas seja pela violência doméstica, pelos estupros bárbaros ou pela negligência e perversidade do Estado. No caso das mulheres negras o feminicídio é ainda maior que entre as brancas e cresceu de forma drástica, 54% nos últimos 10 anos. Os imigrantes venezuelanos, bolivianos e haitianos são obrigados a aceitar condições de trabalho terríveis, desumanas, para receber muitas vezes menos que um salário mínimo, sem qualquer direito assegurado.

Fato é que mesmo com muita resistência e conquistas democráticas dos setores oprimidos por todo o mundo, as desigualdades de gênero, racial, de nacionalidade, e de orientação sexual estão longe de acabar. Apesar do estado ser supostamente laico, há muita intolerância religiosa e ataque direto a terreiros de matrizes africanas. Os imigrantes são considerados trabalhadores de segunda categoria, empregados sem direito algum e jogados na marginalidade. Hoje vivemos a maior crise migratória desde a segunda guerra mundial.

Isso só demonstra que no capitalismo as reivindicações dos setores oprimidos não se realizarão de maneira plena, completa e permanente. É necessário destruir o capitalismo





que se retroalimenta e reproduz as opressões para explorar mais a classe trabalhadora de conjunto e aumentar seus lucros rebaixando as condições de vida dos setores oprimidos.

Neste sentido, para acabar com a opressão não basta eleger governantes mulheres, negros e LGBTs, ou apostar na construção de organizações que unam todas as mulheres, todos negros e negras, todas as LGBTs independente de sua classe social, pois apesar de todos os oprimidos sofrerem juntos e a saída para a superação da opressão se dá com a ruptura com o sistema capitalista.

Muitos dos movimentos de combate à opressão, assim como as entidades sindicais, capitularam ao governo de conciliação de classe do PT e se tornaram entrave para as lutas, como a Marcha Mundial de Mulheres, a União Brasileira de Mulheres, a Secretaria de Mulheres da CUT que se calaram frente aos acordões que o PT fez com a bancada conservadora; ou o MNU que se calou frente ao estatuto da (des)igualdade racial. No mesmo sentido é a postura do PT/PCdoB, que por apoiar a ditadura de Maduro, se omitem na questão dos refugiados venezuelanos, que fugiram da situação de miséria e fome em seu país, e lutam por cidadania brasileira e condições iguais.



O 24º Congresso do Sindsef-SP resolve:

Chega de Bolsonaro e Mourão! Abaixo as políticas de Bolsonaro/Mourão e seus ministros que pioram ainda mais as condições de vida das mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTs e imigrantes da classe trabalhadora.

É necessário que as organizações de classe, sindicatos e movimentos populares estejam cerrando fileiras em defesa das mulheres, negras e negros, quilombolas indígenas, LGBTs e imigrantes. Temos que forjar toda a unidade de ação possível contra os ataques da ultradireita e pelos direitos democráticos. Mas para de fato avançar é imprescindível lutar com independência de classe. Os aliados dos setores oprimidos são os trabalhadores.

Por isso, sem comprometer toda unidade para lutar, apostamos na organização com independência de classe desses setores, combatendo as direções de conciliação de classe como MMM, UBM, MNU, bem como os setores burgueses liberais que defendem a libertação individual, como as ONGs no movimento LGBT, e as teorias pós-modernas, que ao não defenderem uma perspectiva estratégica e coletiva, mantêm os setores oprimido refém do capitalismo.

O combate às opressões passa pela desmilitarização e pelo fim das polícias militares, que são herdeiras

da ditadura militar. Participar e construir a luta em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos com outras entidades, coletivos e movimentos de mulheres, especialmente na sua base; Lutar contra a PEC 29/2015, projeto de emenda constitucional que criminaliza todos os tipos de aborto, inclusive os previstos em lei que garantem a vida das mulheres; Lutar para garantir o direito de defesa a todos e todas, para combater o inaceitável número de detidos sem julgamento nas prisões superlotadas do país, que atinge especialmente a população negra e jovem das periferias. Buscar adotar a política da paridade de gênero na direção da entidade; Construir espaços formativos sobre a questão de gênero, racismo e LGBTTFobia, com encontros e oficinas para lideranças e associados, com encontros e debates; Campanhas de combate à discriminação de gênero, raça e orientação sexual nos órgãos da base; Organizar oficinas de defesa pessoal feminina, com ênfase na troca de experiências sobre ameaças físicas, superação da ideia de que mulher é fraca e reconhecimento de situações de perigo.

Nossa luta deve ter como horizonte a superação deste sistema de exploração e opressão. O capitalismo tem avançado sobre nossos direitos mais básicos. Este sistema não nos garante sequer o direito a vida! Cada conquista arrancada

com luta é uma vitória, pois é um passo na organização dos setores oprimidos. Contudo, cada avanço é parcial, incompleto e provisório. Só com uma revolução dos de baixo, com a classe operária a frente, que derrube as bases deste sistema, pode nos garantir a igualdade plena.

Não pode ser livre quem oprime outro. A classe trabalhadora não poderá derrotar o projeto de Bolsonaro e do imperialismo, nem tampouco se libertar da exploração, se não levar as bandeiras contra as opressões para unir toda a classe trabalhadora: mulheres, negras e negros, LGBTs e trabalhadores de todas as nacionalidades.

Por isso, o proletariado não pode silenciar diante do feminicídio, do genocídio da população negra, dos assassinatos de LGBTs, da desigualdade de direitos dos imigrantes, da expulsão dos indígenas e quilombolas de suas terras, etc. Homens e mulheres da classe trabalhadora devem lutar juntos por igualdade salarial, brancos, negros e indígenas da classe trabalhadora devem lutar contra o racismo, trabalhadores brasileiros e estrangeiros devem lutar pelo acesso aos serviços públicos e direito ao emprego, pois nenhum ser humano é ilegal.

É necessário combater o machismo, racismo, LGBTfobia e xenofobia dentro da classe e das organizações sindicais e populares, para unir a classe trabalhadora.